

Policial que jogou homem de ponte em SP é preso por ordem da Justiça Militar

O policial militar Luan Felipe Alves Pereira, que foi filmado jogando um homem de cima de uma ponte na cidade de São Paulo, na madrugada da última segunda-feira (2/12), foi preso preventivamente nesta quinta-feira (5/12), por ordem da Justiça Militar.

Ele já estava detido na Corregedoria da Polícia Militar, onde prestou depoimento, e será agora encaminhado ao presídio militar Romão Gomes, na Zona Norte de São Paulo. Pereira é investigado pelos crimes de lesão corporal e violência arbitrária. A alegação inicial do policial foi de que pretendia jogar a vítima no chão.

Testemunhas [relataram ao portal UOL](#), no entanto, que, mesmo após a queda, os policiais presentes na ocorrência proibiram que fosse prestado socorro ao homem arremessado, que estava desorientado e ensanguentado.

Além do policial agora preso, que pertence à Rocam, grupo de patrulhamento ostensivo com uso de motocicletas, outros 12 agentes estão afastados e são investigados por suspeita de participação no ocorrido. Todos eles estão lotados no 24º Batalhão da Polícia Militar, localizado na cidade de Diadema, na Grande São Paulo.

O relato policial é de que a vítima passou a ser persseguida após ter tentado fugir de uma abordagem, ocasião em que dirigia uma motocicleta sem placa. O vídeo do ocorrido, no entanto, mostra que o homem não oferecia qualquer resistência antes de ter sido arremessado da ponte pelo policial.

O caso se somou a uma escalada de violência protagonizada pela Polícia Militar paulista. Nesta quarta (4/12), uma [mulher de 63 anos e familiares dela foram agredidos por policiais](#) na garagem da própria casa, em Barueri, também na Grande São Paulo.

Na última segunda, um homem de 26 anos foi [morto com oito tiros nas costas](#) pelo policial militar Vinícius de Lima Britto, que estava fora de serviço, após tentar furtar produtos de limpeza de um minimercado.

No início de novembro, o menino Ryan da Silva Andrade Santos, de apenas quatro anos, [foi morto pela PM com um tiro de espingarda](#) em uma operação em Santos (SP). No enterro da criança, policiais da Força Tática chegaram a protagonizar um bate-boca com o ouvidor da Polícia Militar ao fazerem uma [abordagem em frente ao cemitério](#).

Gestão Derrite e Tarcísio

Desde o ano passado, a PM-SP responde aos comandos do secretário Guilherme Derrite, capitão reformado da corporação. Ele chegou a atuar na Rota, grupo de elite da Polícia Militar paulista, mas foi retirado do grupo, [segundo ele próprio](#), por ter incomodado superiores. “Matei muito ladrão”, disse em entrevista a um podcast em 2021. Um levantamento da revista *piauí* mostrou que ele foi [investigado por 16 homicídios](#).

Derrite foi reeleito deputado federal pelo PP de São Paulo em 2022, mas, logo após a posse, licenciou-se do cargo para assumir a Secretaria de Segurança Pública na gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Ao longo de 2024, a PM-SP já matou 713 pessoas, segundo identificou o Ministério Público estadual, responsável por exercer o controle externo da atividade policial. Em comparação com 2022, que teve 396 mortes, o número de vítimas subiu 80%. No primeiro ano da gestão de Tarcísio, já havia subido 16%, para 460 homicídios.

Apenas no início deste ano, ao longo da “operação verão”, na Baixada Santista, a Polícia Militar paulista matou 56 pessoas. Em março, o [portal GI](#) revelou que a PM levava pessoas já mortas para atendimento hospitalar, como se

Reprodução



Policial foi filmado jogando homem de cima de ponte em São Paulo na última segunda

estivessem ainda vivas, com a intenção de prejudicar o trabalho de perícia.

À época, o governador Tarcísio ironizou manifestações de repúdio de organizações de defesa dos direitos humanos. “Sinceramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí”, disse o político bolsonarista na ocasião.

Já Derrite, também à época, defendeu a atuação policial frente ao saldo de mortes da ação no litoral. “Olha, eu nem sabia que eram 56, eu não faço essa conta. Infelizmente, são 56. Para mim, o ideal é que não fosse nenhuma, mas no mundo real em que a gente vive, a negligência do combate ao crime organizado no Brasil e no estado de São Paulo chegou a um ponto que qualquer viatura policial vai sofrer disparo de arma de fogo.”

Agora, em reação ao caso do homem jogado da ponte, Tarcísio afirmou que a conduta policial foi inaceitável. Ele ainda passou a apoiar o uso de câmeras corporais pela PM. Em ocasiões anteriores, havia dito que o **equipamento não tem efetividade alguma**, embora especialistas entendam que **ajuda a prevenir e coibir violações praticadas por policiais**, além de reduzir a letalidade dos agentes.

“Eu admito, estava errado. Eu me enganei, e não tem nenhum problema eu chegar aqui e dizer para vocês que eu me enganei, que eu estava errado, que tinha uma visão equivocada sobre a importância das câmeras. Eu era uma pessoa que estava completamente errada nessa questão. Eu tinha uma visão equivocada”, disse ele nesta quinta.

Derrite, por sua vez, reprimiu a conduta do policial que arremessou o homem da ponte. “Não vamos tolerar nenhum tipo de desvio de conduta de nenhum policial no estado de São Paulo”, afirmou o secretário em vídeo divulgado na terça (3/12).

Investigação e repúdio

O Ministério Público de São Paulo, por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (Gaesp), abriu investigação para apurar o caso do homem arremessado.

Além disso, na terça, o Gaesp enviou duas recomendações ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel Cássio Araújo de Freitas. Em uma delas, pediu que seja enviada mensagem aos integrantes da corporação a fim de que cumpram integralmente as normas estabelecidas para abordagens policiais, “visando à redução dos casos de erros, abusos e, por consequência, de letalidade policial durante tais intercorrências”.

Na outra recomendação, o MP-SP pediu à PM-SP a utilização de câmeras corporais em todas as operações policiais, implementando “mecanismos eficazes de fiscalização para garantir o cumprimento da obrigação de uso de câmeras corporais e sua ativação no momento determinado”.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, lamentou os episódios de violência policial em manifestação nesta quinta, durante uma reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, em Brasília.

“Nós não podemos compactuar com esses casos, que esperamos e confiamos que sejam casos isolados contra os civis e, por sua vez, contra pessoas que são meros suspeitos”, afirmou Lewandowski, segundo o qual a pasta estuda a edição de um ato normativo para instruir as tropas sobre o “uso progressivo da força” em abordagens.

Para o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, ex-presidente da corte, o discurso político de quem está à frente das tropas tem sido crucial para o aumento da violência policial.

“A truculência da PM e o descontrole operacional de seus agentes, motivados pela ‘política’ de segurança pública implementada pelo atual governo paulista, não podem permanecer impunes, porque representam completa, absurda e criminosa subversão dos fins que devem reger a atividade policial em uma sociedade civilizada!”, disse o magistrado.

Celso de Mello ainda destacou o papel constitucional do Ministério Público para coibir a violência policial. Conforme já mostrou a revista eletrônica **Consultor Jurídico**, no entanto, nos últimos cinco anos, em que a PM matou 3.838 pessoas, o MP-SP apresentou à Justiça **apenas 269 denúncias** referentes a homicídios praticados por policiais militares.

“O Ministério Público paulista tem enorme desafio à frente para, mediante firme e enérgica atuação, exercer o seu poder de controle externo da atividade policial, em ordem a proteger a sociedade de tão inaceitáveis abusos perpetrados, criminosamente, por membros de uma corporação em descompasso com a ordem constitucional!”



Os episódios recentes de truculência policial em São Paulo também **têm repercutido na jurisprudência**, mesmo em casos alheios. Em decisão da última terça, por exemplo, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça entendeu que o mero nervosismo de um cidadão ao se deparar com viaturas, por si só, não basta para justificar que ele seja revistado.

Na ocasião, o ministro Sebastião Reis Júnior, relator de um recurso especial, mencionou a escalada de violência praticada pela polícia. “Sejamos verdadeiros: quem não vai sentir, hoje, principalmente em uma região menos favorecida, um certo nervosismo ao ver uma autoridade policial?”, indagou.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-dez-05/policial-que-jogou-homem-de-ponte-em-sp-e-presos-por-ordem-da-justica-militar-2/>